

**INVESTIMENTOS BEMGE S.A.**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
**Períodos de 01/01 a 31/12 de 2018 e de 2017**  
(Em Milhares de Reais)

**Nota 1 – Informações Gerais**

A Investimentos Bemge S.A. (INVESTIMENTOS BEMGE) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo, Brasil.

A INVESTIMENTOS BEMGE tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco, mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais, e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

As operações da INVESTIMENTOS BEMGE são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 08 de fevereiro de 2019.

**Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas**

**2.1 Bases de Preparação**

**Demonstrações Contábeis**

As Demonstrações Contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC),

**2.2 Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros**

**a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2018**

CPC 48 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento substitui o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (impairment) e (III) contabilização de cobertura (hedge accounting). A transição para o CPC 48 não acarretou efeitos no patrimônio líquido e no resultado da INVESTIMENTOS BEMGE..

**Transição para a CPC 48**

A INVESTIMENTOS BEMGE realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 são exclusivamente de classificação e não acarretaram em remensurações:

- A categoria de classificação de ativos financeiros Mantidos para Negociação deixou de existir.
- Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros:

- Custo Amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ativos financeiros classificados anteriormente em Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros foram contabilizadas nesta categoria;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foi classificada nesta categoria; e
- Valor Justo por meio do Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria ativos financeiros Mantidos para Negociação.

Não houve alteração na classificação dos passivos financeiros, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado.

A INVESTIMENTOS BEMGE avaliou os requisitos para cálculo da perda de crédito esperada de seus ativos financeiros e não identificou montantes a serem reconhecidos.

#### **b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros**

Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.

### **2.3 Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos**

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela INVESTIMENTOS BEMGE são detalhados abaixo:

#### **a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido**

Conforme explicação na Nota 2.4d, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o INVESTIMENTOS BEMGE irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização.

#### **b) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

### **c) Provisões, Contingências e Obrigações Legais**

O INVESTIMENTOS BEMGE revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

## **2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis**

### **a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As Demonstrações Contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

### **b) Caixa e Equivalentes de Caixa**

O INVESTIMENTOS BEMGE define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

### **c) Ativos e Passivos Financeiros**

Ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

#### **I - Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros**

A partir de 1º de janeiro de 2018, a INVESTIMENTOS BEMGE passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

#### **Custo Amortizado**

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

#### **Valor Justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A INVESTIMENTOS BEMGE não possui Passivos Financeiros.

#### **III – Aplicações no Mercado Aberto**

O INVESTIMENTOS BEMGE dispõe de operações de compra com compromisso de revenda de ativos financeiros.

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

#### **d) Imposto de Renda e Contribuição Social**

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tais como: o imposto sobre valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, benefícios pós emprego e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa e de investimentos líquidos em operações no exterior. Posteriormente estes itens são reconhecidos no resultado na realização do ganho/perda dos instrumentos.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração do Resultado no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem segundo a qual, um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser, seguindo as premissas de reconhecimento.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo:

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido <sup>(*)</sup>	20,00%

*(\*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.*

Em 12/2018, a rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente/Diferido, Contempla reversão de provisão de Obrigação Legal no montante de R\$ 2.520.

### NOTA 3 – ATIVOS FINANCEIROS

- a) **Valor Justo por meio do Resultado** - A carteira é composta por Cotas de Fundos de Curto Prazo com valor de custo/custo amortizado e valor justo no montante de R\$ 134.685 em 31/12/2017, nível de Risco 2.
- b) **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes** – A carteira é composta por Certificados de Depósito Bancário com valor de custo amortizado / valor justo de R\$ 142.275 (R\$ 8 em 31/12/2017), acima de 365 dias, nível de Risco 2.
- c) **Análise de Sensibilidade** - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da INVESTIMENTOS BEMGE, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira *Trading e Banking* do conglomerado econômico-financeiro, conforme definido pela Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais – Basiléia II. Por esta razão, não é apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta sociedade.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

**I- Disponibilidades e Aplicações no Mercado Aberto** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.

**II- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras).

**III- Outros Ativos Financeiros** – Basicamente compostos de depósitos em garantia de passivos contingentes. Os valores contábeis desses ativos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado). Todos esses itens representam ativos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o CPCs, a INVESTIMENTOS BEMGE classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

**Nível 1:** Preços (cotações) disponíveis em mercados ativos.

**Nível 2:** Informações que não sejam preços (cotações) de ativos e passivos idênticos, ou seja, utiliza-se de *inputs* observáveis, como juros, volatilidade, etc.

**Nível 3:** Utiliza-se de *inputs* não observáveis, baseados em premissas próprias da entidade.

#### Nota 4 - Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais

##### I - Processos Tributários e Obrigações Legais

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais, administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos quando aplicável

Em 31/12/2017 existiam Provisões Tributárias de R\$ 2.346 e Depósitos em Garantia de R\$ 2.956.

Os ativos dados em garantia de contingências totalizam R\$ 994 (R\$ 977 em 31/12/2017).

##### II - Contingências não provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil. Os processos tributários de perda possível totalizam R\$ 1.488.

#### NOTA 5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social** - Está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.
- b) **Dividendos** - Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Em 21/12/2018, foram provisionados dividendos no montante de R\$ 100, à razão de R\$ 0,04 por ação, equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, registrados em Outros Passivos..

#### Nota 6 – Partes Relacionadas

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

	Taxa Anual	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
		31/12/2018	31/12/2017	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>		<b>72.889</b>	<b>75.029</b>	<b>4.498</b>	<b>7.054</b>
Itaú Unibanco S.A. <sup>(*)</sup>	100% SELIC	72.889	75.029	4.498	7.054
<b>Ativos Financeiros Ao Valor Justo por meio de</b>					
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		<b>142.275</b>	<b>134.693</b>	<b>7.999</b>	<b>12.490</b>
Itaú Unibanco S.A.		142.275	8	1.643	-
Fundos de Investimentos		-	134.685	6.356	12.490
<b>Despesas do Sistema Financeiro</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(41)</b>	<b>(55)</b>
Itaú Unibanco S.A.		-	-	(41)	(55)

(\*) Carteira composta por Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada com vencimento acima de 365 dias R\$ 72.889.

- b) **Remuneração do Pessoal-Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da INVESTIMENTOS BEMGE são pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

## **Nota 7 – Informações Complementares**

**Gerenciamento de Riscos e Capital** – A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado / Risco de Crédito / Risco de Liquidez e Risco Operacional” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site [www.itaui.com.br](http://www.itaui.com.br), na seção Relatórios – Pilar 3 e Índice de Importância Sistêmica e Global.

# INVESTIMENTOS BEMGE S.A.

CNPJ 01.548.981/0001-79

Companhia Aberta

NIRE 35300315472

## DECLARAÇÃO

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM Nº 480/2009, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2018; b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2018.

São Paulo (SP), 8 de fevereiro de 2019.

*ALEXSANDRO BROEDEL LOPES*  
*Diretor Presidente*

*ANDRE BALESTRIN CESTARE*  
*Diretor*